

2. A EXPERIÊNCIA DA COOPERATIVA HABITACIONAL E MISTA SHANGRI-LÁ ARTICULADA A LUTA HISTÓRICA DA CLASSE TRABALHADORA FACE À EXPLORAÇÃO DO CAPITAL

Dos séculos que nos separam da ascensão da burguesia como classe hegemônica, foram acumuladas muitas lutas dos trabalhadores na busca de patamares de dignidade humana plausíveis à nossa condição de seres humanos. A construção desse caminho foi diversa, conflituosa, contraditória, embuída de derrotas e conquistas. A indignação perante a lógica de exclusão e exploração burguesa vem movendo gerações em busca de um mundo mais democrático. Movidos pela utopia de uma sociedade de novo tipo, muitos pagaram com a vida pela capacidade que, paulatinamente, a classe trabalhadora construía para se organizar, definir metas e conquistar direitos.

A consciência de que a luta de hoje articula-se com a luta de ontem e de amanhã é um elemento importante no processo de construção de uma contra hegemonia, seja porque isto nos fortalece no sentido de nos manter atrelados às gerações passadas, sejam porque isso nos permite aprender com o que já foi vivido, tirar lições para nossa intervenção no presente como sujeitos construtores de história e comprometer-nos com o que vamos deixar para os trabalhadores que virão.

Longe de desconsiderar que, no interior da classe trabalhadora existam conflitos, contradições e antagonismos, não queremos “santificar” nem tampouco “endemoninhar” a classe; queremos, sobretudo entendê-la na sua constituição histórica, que

nos faz compreendê-la como fruto de ações humanas marcadas pelo seu tempo histórico e pelas condições materiais e não-materiais a que estão submetidas.

Considerando que as atividades na Shangri-Lá articulam-se as iniciativas dos trabalhadores, na busca de reagir à exploração à qual estes são submetidos pelo capital, resgatamos o processo de resistência da classe operária à Revolução Industrial no século XVIII, tanto no âmbito político e ideológico, que envolvendo a disputa pela ampliação do espaço de atuação política desta classe, que pleiteava o rompimento das fronteiras de uma democracia representativa e o projeto societário de cunho socialista, respectivamente, quanto no âmbito econômico, no que tange às primeiras experiências nessa área na forma de cooperativas.

Essa referência há um tempo histórico tão distante tem por base a própria complexidade e heterogeneidade que as experiências econômicas populares apresentam, ao fato do tema não ter uma produção acadêmica tão extensa, bem como algumas questões suscitadas nos trabalhos de orientação coletiva e individual, quais sejam: Sob o ponto de vista dos trabalhadores, o que nos chama atenção na experiência econômica cooperativada? Que diferenças ou semelhanças podemos perceber entre as experiências do passado e as do presente? Atualmente, o que as cooperativas têm de apelo para nós? Esse “recomeço” do movimento cooperativista é de outra natureza ou não? Podemos considerá-lo como uma face orgânica do industrialismo?

Fica também a estranheza de não nos dedicarmos à apreensão do movimento cooperativista no Brasil, ou melhor, à especificidade que esse movimento assume no caso

brasileiro. A justificativa que apontamos para o nosso leitor, absolutamente, vai na direção de não julgar necessário tal exercício, mas no rumo da própria limitação das condições materiais e não-materiais que nortearam o desenvolvimento desta pesquisa.

2.1. A Shangri-Lá: Breve Histórico

A Cooperativa Habitacional e Mista Shangri-Lá tem sua origem vinculada a movimentos sociais e a instituições tradicionais, principalmente à Igreja Católica. Ela surge em 1993, num contexto de crescente desemprego, onde a exclusão social amplia seu lastro de pobreza e miséria, conseqüências do projeto neoliberal que as classes dominantes do nosso país tomaram como referencial no campo econômico, político, jurídico e educacional.

É um período em que a crise e as transformações que a acompanham se refletem não apenas no campo socioeconômico, mas também no plano da ação política – tanto partidário ou na forma de movimentos sociais. Ao mesmo tempo que a agudização das condições de depauperamento de amplos setores da sociedade conduz a uma reformulação da agenda de reivindicações dos diversos movimentos sociais, o próprio processo de democratização e as mudanças na relação do Estado com a sociedade engendram novas formas e novas esferas de ação, redundando em sensíveis transformações qualitativas dos movimentos sociais.

CÓDIGO DA OBRA 37.569
CÓDIGO DO EXEMPLAR 32.0623

MEC - UFF - NDC
DST SEÇÃO DE REGISTRO-LIVROS
REG. Nº 403701

Tais transformações vêm provocando diferentes interpretações por parte dos analistas. Para alguns autores, os movimentos sociais, que, nas décadas de 70 e 80, experimentaram uma onda de crescimento, no início dos anos 90 começam a dar indícios de refluxo. Para outros autores, o que vem ocorrendo não é, necessariamente, um movimento de refluxo, mas sim a emergência de novas formas de organização e intervenção social. Uma vez que as reivindicações daquelas eram distintas em relação destas últimas. Sob este ponto de vista, de acordo com a conjuntura, os movimentos readaptam suas formas de luta.

Ao largo dessas controvérsias, quando se observam os movimentos em campos específicos de atuação, apreendem-se dinâmicas distintas, cujas especificidades fogem a qualquer afirmação de tom generalizante. A própria formação da Cooperativa Habitacional e Mista Shangri-Lá é um bom exemplo disto. Gohn (1995, p.125), analisando essas transformações na ação dos movimentos sociais, aponta para o deslocamento do “eixo das reivindicações do plano econômico, em termos de infraestrutura básica para o consumo coletivo, para suporte mínimo de mercadorias para o consumo individual (...)”.

Emerge, dessa forma, a polêmica entre o geral e o particular: se, por um lado é inegável o sensível arrefecimento dos movimentos de reivindicação dos chamados bens de consumo coletivo (habitação, transporte, infraestrutura), por outro, o enfraquecimento dos movimentos de luta por habitação, tão pujantes nos anos 60 e 70, não impediu o surgimento da Cooperativa Habitacional e Mista Shangri-Lá, que vai aglutinar forças com novos e velhos movimentos sociais de caráter distintos, por meio de parcerias possibilitadoras de sua trajetória.

No que se refere aos movimentos sociais neste marco histórico da Shangri-Lá, temos a “Campanha Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e pela Vida”, através do Comitê Taquara e a Igreja Católica, através das CEBS (Comunidades Eclesiais de Base) cujo referencial filosófico era o da Teologia da Libertação.

O surgimento das CEBS tem seu marco inicial nas zonas rurais, em especial no Nordeste do brasileiro. Estas são frutos de uma ação política da Igreja Católica¹⁵, que, principalmente a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965), trouxe para Igreja brasileira maiores impactos. O Concílio mencionado insistiu na missão social da Igreja, dimensionou a importância dos leigos no interior da mesma, articulou a idéia de Igreja com a de “povo de Deus”, valorizou o diálogo entre Igreja e o mundo, fez mudanças na liturgia e trouxe a concepção de que essa instituição teria que atuar no mundo para ajudar a transformá-lo, em vez de se colocar a cima dele.

No Congresso de Medellín — Colômbia —, em 1968, o episcopado latino-americano apontou a atuação da Igreja Latina para o meio popular, tendo a “opção preferencial pelos pobres” como uma de suas principais diretrizes. Dez anos depois, em Puebla reafirmava-se essa diretriz definindo como cristão aquele que luta contra as injustiças sociais. (GOHN, 1995)

¹⁵ Para Semeraro (1994), foi o pontificado de João XXIII (1958-1963) que representou melhor as transformações vividas pela Igreja Católica neste período. “Em suas duas grandes encíclicas sociais, *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963), mostra como a forte disparidade das condições sociais entre grupos e nações exige novas atitudes da Igreja e dos cristãos no mundo atual. Os temas centrais foram, na primeira, a socialização e o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo e, na segunda, a colaboração e a paz entre as nações. As duas insistem na ação consciente e organizada de cristãos e não-cristãos para a construção de uma sociedade universal, justa e humana, na qual sejam superadas as disparidades entre o capital e o trabalho, entre o mundo urbano e o mundo rural, entre as economias desenvolvidas e aquelas em vias de desenvolvimento”(p.35).

Segundo Semeraro (1994), “para os cristãos progressistas, as imperfeições e as injustiças não eram só fruto da ignorância e do pecado dos homens. Portanto não era suficiente converter apenas as consciências”. As ações no sentido de transformar as estruturas da sociedade intervindo nos mecanismos de poder eram tidos como fundamentais no sentido de construir uma “humanidade mais plena”.

Isso abriu caminho para que críticas mais explícitas fossem feitas por parte de alguns leigos e padres em relação ao capitalismo – entendendo-o como desumano e anticristão -, ao comunismo em sua forma burocrática e totalitária, bem como à própria atuação da Igreja Católica ao longo de sua história. Esse segmento, denominado “esquerda católica”, encaminha suas análises em direção ao “socialismo ainda que humanista e cristão”, o que não significava um “meio caminho entre o capitalismo e o comunismo”. Semeraro (ibid., p.160) cita um trecho do Documento-Base da Ação Popular (AP) para sinalizar essa opção por um socialismo humanista e revolucionário:

“É, pois, na direção do movimento que marca a passagem da história para as estruturas de uma civilização socialista que nossa opção se situa e nossa ação se orienta. Tal direção define nossa presença ativa no processo revolucionário brasileiro.”

Vale ressaltar que, no contexto atual, como frutos de conflitos internos entre setores progressistas - a ala da Teologia da Libertação – e setores mais conservadores da Igreja, temos uma visível redução dos espaços de atuação daqueles.

No que se refere à Campanha da Fome contra Miséria e pela Vida, esta foi idealizada e coordenada pelo sociólogo Herbert de Souza, em 1993. Partindo de ações embricadas nas formas clássicas de filantropia – distribuição de cestas básicas, por exemplo

— esta Campanha sensibilizou amplos setores da sociedade, a despeito de um período onde a descrença se abatia na sociedade brasileira no campo político —, uma vez que deu maior visibilidade ao estado de miséria experimentada por cerca de 32 milhões de brasileiros. Considerando que “quem tem fome tem pressa”, como dizia Betinho, foram criados diversos comitês espalhados pelo Brasil com objetivo de distribuição de alimentos e desenvolvimento de atividades relacionadas a cultura e educação e, posteriormente, a formação e incentivo à geração de trabalho e renda como alternativa de sobrevivência a população de baixa renda, como por exemplo hortas comunitárias, oficinas de trabalhos artesanais etc.

Segundo Gohn (op.cit, p. 135), “Cumprir destacar que as mobilizações coletivas nos anos 90 partem de um chamamento à consciência individual das pessoas e elas, usualmente, têm se apresentado mais como ‘campanhas’ do que como movimentos sociais”.

Dois eixos norteadores no contexto dos anos 90 quanto aos movimentos sociais são apontados pela autora anteriormente citada: Primeiro, o deslocamento do eixo das reivindicações no plano econômico (no que se refere a infraestrutura básica), conforme já havíamos apontado anteriormente, e segundo a questão da moral ganha centralidade como eixo articulatório das lutas sociais.

Temos ainda a expansão das ONGs e das políticas de parcerias desenvolvidas pelo poder público. Estas políticas fazem parte de um conjunto de orientações para o Terceiro Mundo que enfatiza o Estado Mínimo, transferindo para as comunidades

sociais. Este projeto contribuiu na criação das bases para que futuramente o projeto de cooperativa habitacional fosse implementado nesta comunidade.

O *dossiê* elaborado pelo Comitê Taquara e Cooperativa Habitacional e Mista Shangri-Lá (s/d, p.6), diz que

“O projeto da Cooperativa Habitacional e Mista Shangri-Lá está voltado para atender as 28 famílias que moravam precariamente (suas casas eram de tábuas e papelão, não tinham água encanada nem saneamento básico) na Comunidade Jardim Shangri-Lá, uma área de favela, na Taquara, Jacarepaguá. O rendimento familiar médio dos moradores não ultrapassava dois salários mínimos o que impedia de concretizar qualquer projeto que fosse além da sobrevivência mais imediata. Ao se aproximarem do Comitê Taquara da Ação da Cidadania, começam a participar dele primeiro como ‘assistidos’, depois de forma mais ativa lutando para superarem as precárias condições em que viviam.” . [grifos nossos]

Inicialmente, foi desenvolvido um trabalho coletivo de construção das metas básicas do grupo de pessoas atendidas pelo comitê e que eram moradores da favela Shangri-Lá, bem como as estratégias para alcançá-las. Dos problemas levantados, foram ressaltados o pagamento de aluguel ao “faveleiro” (dono do terreno onde os barracos estavam construídos), além da crescente e constante situação de desemprego (a maioria trabalhava de biscate na construção civil).

O desemprego e as péssimas condições de moradia foram identificados como problemas emergenciais daquele grupo, que decidiu, primeiramente, resolver o segundo.

¹⁶ Conforme dados do IPLAN Rio de 1991, a Shangri-Lá é mais uma das 362 pequenas favelas localizadas no Rio de Janeiro com uma população de até 1000 habitantes. Conversando com um dos membros da cooperativa, ele me informou que a Favela Shangri-Lá tem cerca de 80 famílias.

A mediação da necessidade é básica no processo de busca de alternativas. Algumas questões são instigantes no processo de problematização do nosso objeto de estudo: As pessoas se organizam em cooperativas por uma questão de bom senso de necessidade ou por solidariedade? Quais relações podemos fazer em relação ao conjunto de necessidades básicas de existência humana – condição para manter-se vivo - com a solidariedade, tomando o contexto de produção da exploração na sociedade burguesa? A solidariedade, no sentido da ajuda mútua, não seria, para alguns grupos, uma necessidade imediata? Até que ponto essas questões não se ligam às contradições que historicamente a sociedade burguesa vem tecendo no sentido de pleitear um tipo humano individualista, empreendedor e autônomo (KONDER, 2000) e a condição humana de não viver só?

A primeira providência, face ao problema da moradia, foi procurar o dono do terreno, uma área de 1.400 m² e propor a compra do mesmo. No período de negociação com o “faveleiro”, enquanto este não tomava uma decisão, a comunidade foi promovendo eventos para arrecadar fundos para a compra da área. Tão logo a compra se concretizou, agora não precisando pagar aluguel, o grupo começou a construção de um salão para que naquele espaço fossem desenvolvidas diversas atividades, inclusive a de geração de trabalho e renda. Para essa construção, o comitê recebeu a sua primeira ajuda financeira: US\$ 2 mil do Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS).

Após várias reuniões, os integrantes do grupo resolveram iniciar o projeto de reconstrução das casas, buscando a colaboração do Centro de Defesa dos Direitos Humanos

Bento Rubião, o qual, juntamente com a Arquitetura e Comunidade/ Universidade Santa Úrsula (ARCO/USU), desenvolveram o projeto habitacional¹⁷.

Além de buscar parcerias no âmbito dos movimentos sociais, de organizações não-governamentais, da Igreja Católica, o grupo procurou, também, apoio do poder público. Em audiência pública no IPLAN-Rio, o projeto foi apresentado à Prefeitura juntamente com o pedido de financiamento para a obra. Este apoio, entretanto, ficou reduzido a promessas que nunca foram cumpridas. Dessa forma, o grupo foi percebendo a necessidade de montar uma estrutura alternativa para a construção das casas e a formação de uma cooperativa foi, então, sendo vislumbrada como possível.

Nesse sentido, realizou-se um contato com o Centro Cooperativo Uruguaio (CCU) com vistas a um possível intercâmbio, e, em breve espaço de tempo, o presidente do Comitê Taquara foi conhecer o trabalho desenvolvido por aquele Centro no seu país de origem. Ao retornar, veio acompanhado por um integrante da CCU com a finalidade de conhecer a realidade da Shangri-Lá e com isso poder trocar idéias com o grupo envolvido e apontar algumas sugestões.

Em uma reunião com as 28 famílias, com representantes da Igreja Católica e do Comitê Taquara, ficou definido que a cooperativa habitacional e dois projetos de produção (fábrica de blocos de concreto e vigas de laje e cozinha industrial) seriam as metas a serem

¹⁷ Cada casa com 40m² contendo sala, 2 quartos, cozinha, banheiro e área de serviço. No conjunto das 28 casas, duas possuem apenas um quarto por conta da necessidade específica das famílias. No planejamento também estão previstos a construção do salão comunitário e de um pátio central.

alcançadas. A primeira, além de garantir trabalho a algumas pessoas desempregadas¹⁸, dentre as citadas 28 famílias, viabilizaria, através da comercialização do seus produtos, recursos para a construção das casas¹⁹. A segunda ficaria responsável refeições a preços populares para a comunidade vizinha, bem como iria garantir a alimentação das famílias da cooperativa nos dias em que estivessem trabalhando no mutirão de construção das casas.

Auxiliados pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião e tomando como referência o modelo uruguaio de cooperativa, foi concluída a legalização da cooperativa, elaborando-se um estatuto que definiu o trabalho cooperativado segundo os seguintes critérios: o terreno pertenceria a cooperativa; haveria um banco de horas de trabalho, referencial básico de rendimentos (cada família se comprometeria com 17 horas semanais de trabalho na construção das casas); para sair da cooperativa, a pessoa seria indenizada com base no banco de horas; para entrar, isto é, ocupar uma casa e fazer parte do grupo de produção, seria necessária a aprovação da cooperativa.

A estrutura de organização da cooperativa envolvia três grupos de trabalho, formados por pessoas do Comitê Taquara e da comunidade: a) a diretoria – que buscava informar o grupo sobre o que é, o que faz e como se trabalha numa cooperativa, observando os elementos diferenciadores entre a organização dela e de uma empresa; b) a comissão de obras – que tinha como tarefa organizar o mutirão, comprar os materiais necessários e anotar as horas trabalhadas de cada família (banco de horas); c) a comissão de mobilização –

¹⁸ Segundo o depoimento de um dos diretores da cooperativa ligado à Igreja Católica, ao Comitê Taquara e ao Partido dos Trabalhadores, e que também participou deste projeto desde seu início, havia cerca de oito famílias em que todos os seus membros estavam desempregados.

¹⁹ As duas primeiras casas construídas tiveram como recurso financeiro principal a mencionada atividade produtiva.

que era responsável pelo incentivo do grupo na participação do mutirão e resolvia os eventuais imprevistos surgidos.

Em 1994, a cooperativa pleiteou verba do Fundo Inter-Religioso, o qual estava selecionando projetos para doações. A verba recebida, de US\$ 7 mil, foi investida na fábrica de concreto, que produzia cerca de 600 blocos/dia. Neste mesmo ano, foi entregue a primeira casa²⁰ construída com os recursos da fábrica de concreto. No ano seguinte, a verba doada pelo Fundo acabou e novamente a comunidade buscou apoio do poder público. Sem resposta positiva, começou novamente a organizar festas, bem como a entrar em contato com ONGs nacionais e internacionais envolvidas em projetos comunitários e sociais. As respostas vieram : a Misereor (entidade da Igreja Católica alemã), financiou a construção de novas casas com a doação de US\$ 70 mil; o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE) promoveram debates e seminários de formação; o Centro de Ação Comunitária (CEDAC) atuou nas relações de grupo e interpessoais; o Novib (organização holandesa para cooperação Internacional e Desenvolvimento) contribuiu no projeto da cozinha industrial; a Associação de Grupos de Produção (AGP) interveio na área de geração de renda.

O mais recente projeto de cooperação que beneficiou a Cooperativa Habitacional e Mista Shangri-Lá, intitulado "*Autoconstrucción de viviendas populares y de espacios coletivos: generando trabajo e ingresos y fortaleciendo as relaciones*

²⁰ Cada casa custa cerca de US\$ 3 mil. Cada família paga US\$ 18 mensais, no período de oito anos mais 17 horas de trabalho semanais

comunitarias”, apresenta como objetivo geral: Melhorar as condições de vida dos sócios da cooperativa e da comunidade da favela de Shangri-Lá; e como objetivos específicos: a) Melhorar as condições materiais para a realização de atividades comunitárias mediante a ampliação do Centro Comunitário; b) Melhorar as condições de vida da população, relacionadas com a geração de trabalho e de renda através da criação de oficinas de produção; c) Melhorar as condições educacionais, culturais e de relação comunitárias, mediante a realização de cursos, debates, dinâmicas de grupo relacionados com os temas propostos pela comunidade e destinados a mulheres, crianças e jovens.

O desenvolvimento do projeto foi possível, uma vez que a *Solidaridad para el Desarrollo y la Paz* (SODEPAZ), uma organização não-governamental espanhola, conseguiu pleitear financiamento ao Ministério de Assuntos Exteriores - *Secretaría de Estado para la Cooperación Internacional y para Iberoamérica - Agencia Española de Cooperación Internacional*, tendo como parceiros institucionais brasileiros o Centro de Ações Comunitárias (CEDAC) e a Associação de Grupos de Produção (AGP).

Esse breve histórico nos sinalizou que, originalmente, a Cooperativa Habitacional e Mista Shangri-Lá se concretizou a partir de uma situação de esgarçamento da vida – pessoas morando em barracos de tábuas, sem emprego, encurralados por uma realidade aviltante. Apesar de estarmos nos referindo - no caso da Shangri-Lá – ao setor progressista da Igreja Católica, isto não representa que de forma imediata, se rompa com o que, há séculos, é tomado como referencial cristão: geralmente o papel de instituições tradicionais trazem no bojo de suas ações a filantropia. A lógica da ética paternalista cristã, veiculadora da idéia do rico ajudar aos pobres está muito presente em nossa sociedade. No

que tange ao Comitê Taquara, não podemos esquecer que, inegavelmente, a Campanha Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria Pela Vida, também possui esse viés.

A nosso ver essas ações não conseguem ultrapassar os marcos do patamar básico das necessidades humanas, restringindo-lhes a potencialidade em termos de uma ruptura com a estrutura social vigente. Isso não quer dizer que não seja legítimo e urgente ouvir o grito dos excluídos. No entanto, se não avançarmos para além da dimensão do imediato em termos de estratégias no embate contra o capital, as nossas chances serão pequenas.

Um fato positivo que visualizamos na experiência estudada é que, apesar disso que apontamos anteriormente, foram-se alargando as relações com outros sujeitos coletivos na forma de parcerias, que, embora possam também reproduzir a lógica da assistência, representaram uma interlocução mais diversificada.

Vejamos, a seguir, como, nos primórdios do capitalismo, os trabalhadores também forjavam alternativas, procurando detectar os elementos de identificação com experiência atual da Cooperativa Habitacional e Mista Shangri-Lá.

2.2.. As Reações da Classe Operária à Revolução Industrial

Tendo como seu marco inicial a Revolução Industrial inglesa, a revolução capitalista vai criando raízes e ganhando espaço nas décadas posteriores. Esta incrementa,

entre outras coisas, por um lado, o livre comércio e o progresso da técnica, desenvolvendo e organizando a produção, possibilitando um aumento de produtividade bastante expressivo, e, por outro, no sentido inverso, a miséria e a desqualificação do trabalhador.

Podemos dizer que, embora a revolução industrial tenha, indubitavelmente, representado uma transformação das forças produtivas, com reflexos na organização social como um todo, ou seja, nas relações sociais de produção, esta ocorreu de uma hora para outra: foi gestada lentamente. O próprio tear automático, por exemplo, mesmo tendo sido inventado no século XVIII, teve o seu uso difundido somente a partir de 1815. Segundo Singer (1998), conquanto, se tivesse a presença do movimento luddita²¹ (destruidores de máquinas)²², a difusão lenta do tear automático deu-se mais por dificuldades técnicas, ou seja, de não produzir tecidos finos, do que pelo fato desse movimento apresentar-se como uma ameaça eminente. Os levantes de 1811/12, que objetivavam destruir as máquinas e as fábricas, estavam, também, mais diretamente vinculados às difíceis condições de vida provocada pelas guerras com a França, na forma de carência alimentar, que expôs muitas pessoas ao horror da fome. Somente com a superação das limitações técnicas do tear, a eliminação da tecelagem manual ganhou largas proporções. As relações de trabalho no interior das fábricas também foram eliminando, paulatinamente, o ranço das relações tradicionais. Nessa primeira fase do processo de trabalho capitalista, a subordinação do

²¹ "Em 1769, foi promulgada na Inglaterra a primeira lei contra a destruição das máquinas e dos edifícios das fábricas. A lei declarava tais atos crimes passíveis até de punição máxima. Entretanto, apesar dos tribunais castigarem draconicamente os destruidores de máquinas, o seu número cresceu consideravelmente no norte e no centro do país. Em Nottingham, um tal de Ned Ludham ou Ned Ludd destruiu uma oficina têxtil e, logo a seguir, apareceram imitadores (...) em toda a Inglaterra" (Beer, 1968. 413)

²² Beer (1968), retratando-se do impacto das máquinas na Inglaterra diz que "O proletariado, que cada vez mais miserável se tornava, contempla com espanto e estupor estes infatigáveis seres inesgotáveis... E logo correu de boca em boca a palavra de ordem: "destruamos esses monstros, antes que se tornem mais numerosos ! Se eles se multiplicarem farão de nós seus escravos!" (p.413).

trabalho em relação ao capital era formal²³, ou seja, o trabalhador ainda exercia um certo nível de controle no interior do processo de produção.

Dobb (apud Singer, 1998, p 66) coloca que

“A sobrevivência da indústria doméstica e da manufatura simples, na segunda metade do século XIX, teve consequência importante para a vida e população industriais que, raramente, vemos serem examinadas. Ela significava que só no último quartel do século a classe trabalhadora começou a tomar o caráter homogêneo de um proletariado fabril”.

A classe operária apresentava-se bastante heterogênea nos primeiros 100 anos da revolução capitalista. Antigas tradições mais individualistas, presentes na relação entre os artesãos e os mestres, começaram a apresentar a perspectiva desses últimos tornarem-se empregadores. Isso se mostrou por algum tempo, segundo Dobb (ibid.), um empecilho para o crescimento do sindicalismo. Até os anos 70 do século XIX, muitos trabalhadores não tinham como empregador o grande capitalista, mas um intermediário que, ao mesmo tempo, era empregado e um pequeno empregador. Essa heterogeneidade manifestava-se expressivamente, intraclasse: os trabalhadores qualificados de um lado, organizados em *clubs*, e, de outro, os não-qualificados, representantes de uma enorme massa de miseráveis praticamente anônimos, sem reconhecimento de seus direitos, seja na esfera profissional ou social.

Porém, com o desenvolvimento das forças produtivas, as tarefas até então efetuadas pelos trabalhadores qualificados, foram sendo transferidas para as máquinas automáticas. A subordinação formal, na qual o trabalhador ainda tinha sob seu domínio os instrumento de trabalho, bem como o conhecimento de todo processo produtivo, vai

²³ Trataremos a respeito do processo de subordinação formal e real no capítulo 4.

cedendo lugar ao processo de subordinação real face ao capital, perdendo o trabalhador a dimensão do processo produtivo como um todo.

A revolução capitalista, continuamente, expropriou os conhecimentos dos trabalhadores qualificados, resultando na homogeneização crescente da classe operária, tanto no âmbito da fragilidade em termos de condições materiais de existência, quanto no processo de desenvolvimento da consciência de classe.

Nesses primeiros tempos da burguesia como classe hegemônica o operariado reagiu de diferentes maneiras. Conforme nos atesta Singer (1998, p.68):

“Atingida em sua base existencial, a classe operária, reage em três níveis distintos aos avanços do modo de produção capitalista: 1. opondo-se ao industrialismo em si, em nome dos direitos adquiridos e dos fundamentos tradicionais do antigo regime; 2. somando-se à luta pela democracia, em grande medida impulsionada pela Revolução Francesa; e 3. desenvolvendo formas próprias, potencialmente anticapitalistas, de organização social - o sindicalismo - e de organização da produção e distribuição - o cooperativismo”.

Partindo das três reações apontadas por este autor, iremos, na etapa seguinte, aprofundar a discussão sobre cada uma delas, buscando também a interlocução com outros autores.

2.2.1. A superação da luta contra as máquinas

A primeira reação sinalizada constitui-se num fracasso. Nem mesmo as condições desumanas à qual a classe trabalhadora fora submetida, tampouco as batalhas

parlamentares ou mesmo o movimento luddita²⁴ foram capazes de conter o avanço da revolução industrial e as transformações sócioeconômicas desencadeadas por ela. Certamente, essa oposição dos operários ao industrialismo sob a perspectiva do luddismo, perdeu muita força, quando grande parte do movimento operário inglês aderiu às ideias de um famoso industrial e filantropo do início do século XIX, - Robert Owen, que não se opunha ao desenvolvimento da indústria e propunha, a utilização das máquinas para acabar com a miséria. O problema estava, pois, nas relações de produção, não nas forças produtivas.

“A partir de 1820, a classe operária britânica, a primeira a se defrontar com uma revolução capitalista, abandona a luta contra o progresso técnico e passa a se engajar em outra utopia, a da construção de um novo mundo à base das novas forças produtivas mas em que a cooperação e a igualdade tomem o lugar da competição e da exploração. Esta reviravolta ideológica terá amplas conseqüências. (Singer, 1998: 74)[grifos nossos]

A respeito desse assunto, Thompson (1968, p. 408) diz que

“Muito longe de ter uma perspectiva retrógrada, o owenismo foi a primeira das grandes doutrinas sociais a prender a imaginação das massas naquele período, que começava com a aceitação dos poderes produtivos ampliados da energia a vapor e da fábrica. O que estava em questão não era tanto a máquina e sim a motivação do lucro; não as dimensões da empresa industrial mas o controle do capital social por detrás”.

²⁴ “Em nível local, a luta contra o uso das máquinas só podia tomar a forma de insurreições súbitas, a maior parte explosões de desespero face à ameaça de fome e miséria. A luta de classe, na época, frequentemente descambava para a violência. Quando as *combinations* (sindicatos) estavam proibidas, as organizações operárias muitas vezes caíam na clandestinidade e recorriam a incêndios, ataques físicos e até assassinato de traidores, patrões cruéis e capatazes odiados. O único movimento que assumiu proporções regionais e características de organização foi o dos “ludditas”. (Singer, 1998: 69)

operários ou mesmo o movimento luddita²⁴ foram capazes de conter o avanço da indústria e as transformações sócioeconômicas desencadeadas por ela. Entretanto, essa oposição dos operários ao industrialismo sob a perspectiva do luddismo, perdeu muita força, quando grande parte do movimento operário inglês aderiu às idéias de um famoso industrial e filantropo do início do século XIX, - Robert Owen, que não se opunha ao desenvolvimento da indústria e propunha, a utilização das máquinas para acabar com a miséria. O problema estava, pois, nas relações de produção, não nas forças produtivas

“A partir de 1820, a classe operária britânica, a primeira a se defrontar com uma revolução capitalista, abandona a luta contra o progresso técnico e passa a se engajar em outra utopia, a da construção de um novo mundo à base das novas forças produtivas mas em que a cooperação e a igualdade tomem o lugar da competição e da exploração. Esta reviravolta ideológica terá amplas conseqüências. (Singer, 1998: 74)[grifos nossos]

A respeito desse assunto, Thompson (1968, p. 408) diz que

“Muito longe de ter uma perspectiva retrógrada, o owenismo foi a primeira das grandes doutrinas sociais a prender a imaginação das massas naquele período, que começava com a aceitação dos poderes produtivos ampliados da energia a vapor e da fábrica. O que estava em questão não era tanto a máquina e sim a motivação do lucro; não as dimensões da empresa industrial mas o controle do capital social por detrás”.

²⁴ “Em nível local, a luta contra o uso das máquinas só podia tomar a forma de insurreições súbitas, a maior parte explosões de desespero face à ameaça de fome e miséria. A luta de classe, na época, frequentemente descambava para a violência. Quando as *combinations* (sindicatos) estavam proibidas, as organizações operárias muitas vezes caíam na clandestinidade e recorriam a incêndios, ataques físicos e até assassinato de traidores, patrões cruéis e capatazes odiados. O único movimento que assumiu proporções regionais e características de organização foi o dos “ludditas”. (Singer, 1998: 69)

Owen ganhou reputação internacional, quando, como proprietário e diretor da *New Lanark*, uma indústria têxtil, conduziu-a sob outros critérios de organização e gerenciamento do trabalho, que não os essencialmente capitalista.

“Rapidamente ele racionalizou a produção das fiações, aumentou a produtividade, os salários, reduziu a jornada de trabalho, ampliou os alojamentos de propriedade da companhia. Lutou com êxito contra o absenteísmo, o alcoolismo, o roubo, o vício, a imoralidade, e conseguiu evitar que os empregados fossem explorados pelo comércio local, organizando diretamente a venda, a preços de atacado, de produtos alimentícios e roupas” (PETITFILS, 1977, p.75)

Em *New Lanark*, os filhos de pouca idade dos operários não trabalhavam, iam para as escolas, nas quais o empresário buscou colocar, metodologicamente, em prática um conjunto de procedimentos que permitissem, num ambiente favorável, formar o “ser racional” idealizado por ele²⁵. Luisa Leal de Faria, tradutora da obra de Owen “Uma nova Concepção de Sociedade”, responsável também pela introdução e notas dessa publicação coloca:

“A sociedade de *New Lanark* é para Owen a confirmação de que o caráter do homem não é formado por ele mesmo, mas que, pelo contrário, são as condições do meio ambiente que formam o caráter. *New Lanark* é o exemplo tangível de que o homem, usando a sua inteligência, pode dominar e transformar o seu meio (...)”.

Em 1806, Owen foi exemplar, ao manter, por quatro meses, o pagamento dos salários dos operários, mesmo com a paralisação do trabalho face ao embargo dos Estados Unidos à exportação de algodão:

²⁵ Nogueira (1990), falando da influência dos socialistas utópicos na obra de Marx, coloca que “a maioria dos estudiosos têm igualmente estado de acordo quanto à preeminência do impacto das teses educacionais de Owen sobre Marx e Engels. M. A. Manacorda, por exemplo, declara que Owen “é o mais presente no pensamento de Marx”. E. T. Dietrich afirma que “a ideia de preconizar uma educação politécnica, ele (Marx) a encontrou em Robert Owen” (p. 102-103)

Owen ganhou reputação internacional, quando, como proprietário e diretor da *New Lanark*, uma indústria têxtil, conduziu-a sob outros critérios de organização e alojamento do trabalho, que não os essencialmente capitalista.

“Rapidamente ele racionalizou a produção das fiações, aumentou a produtividade, os salários, reduziu a jornada de trabalho, ampliou os alojamentos de propriedade da companhia. Lutou com êxito contra o absentismo, o alcoolismo, o roubo, o vício, a imoralidade, e conseguiu evitar que os empregados fossem explorados pelo comércio local, organizando diretamente a venda, a preços de atacado, de produtos alimentícios e roupas” (PETITFILS, 1977, p.75)

Em *New Lanark*, os filhos de pouca idade dos operários não trabalhavam. Iam para as escolas, nas quais o empresário buscou colocar, metodologicamente, em prática um conjunto de procedimentos que permitissem, num ambiente favorável, formar o “ser humano racional” idealizado por ele²⁵. Luísa Leal de Faria, tradutora da obra de Owen “Uma nova Concepção de Sociedade”, responsável também pela introdução e notas dessa publicação coloca:

“A sociedade de *New Lanark* é para Owen a confirmação de que o caráter do homem não é formado por ele mesmo, mas que, pelo contrário, são as condições do meio ambiente que formam o caráter. *New Lanark* é o exemplo tangível de que o homem, usando a sua inteligência, pode dominar e transformar o seu meio (...)”.

Em 1806, Owen foi exemplar, ao manter, por quatro meses, o pagamento dos salários dos operários, mesmo com a paralisação do trabalho face ao embargo dos Estados Unidos à exportação de algodão:

²⁵ Nogueira (1990), falando da influência dos socialistas utópicos na obra de Marx, coloca que “a maioria dos estudiosos têm igualmente estado de acordo quanto à preeminência do impacto das teses educacionais de Owen sobre Marx e Engels. M. A. Manacorda, por exemplo, declara que Owen ‘é o mais presente no pensamento de Marx’ E. T. Dietrich afirma que ‘a idéia de preconizar uma educação politécnica, ele (Marx) a encontrou em Robert Owen” (p. 102-103)

“Apesar de tudo que fez ou talvez por causa disso, Owen continuou realizando bons lucros, o que lhe granjeou grande fama de filantropo. Visitantes famosos vinham à *New Lanark* conhecer o novo experimento, inclusive um grande duque da Rússia. Owen proclamou que o capital investido só deveria ter um dividendo limitado e que todo lucro excedente deveria ser aplicado a favor dos trabalhadores. Com o que não concordaram seus sócios, o que obrigou Owen a achar outros dispostos a comprar as parcelas dos primeiros” (Singer, 1998, p. 71).

A proposta que Owen, em 1817, apresentou como solução para eliminar a pobreza foi oferecer emprego, para aqueles que dependiam dos benefícios das paróquias (conforme a Lei dos Pobres vigente na época), nas **aldeias cooperativas**, onde, vivendo comunitariamente, produziriam coletivamente, consumindo os próprios produtos e trocando com outras **aldeias cooperativas** o excedente: algumas aldeias seriam industriais e outras, agrícolas. Desta forma, tanto a Igreja quanto o Estado deixariam de canalizar, para a subsistência dos indigentes, recursos, revertendo-os esses recursos para que essas aldeias fossem organizadas.

Para Cole (apud. Singer 1998, p:71), Owen ia deixando claro que “(...) ele estava propondo não simplesmente um meio de baratear a subsistência dos pobres, mas uma mudança completa do sistema social e a abolição da empresa capitalista voltada ao lucro”,

Owen acreditava que o conseguido por ele em uma empresa poderia ser feito pelo governo em todo país. Dirigiu-se, então, ao Estado, solicitando-lhe melhorias das condições de vida da classe trabalhadora. Mesmo sem ser economista, Owen conseguia compreender o caráter da crise econômica (deflacionária) que se abatia sobre a Inglaterra, com o fim da guerra contra a França. Na sua interpretação, aquela crise

“não foi provocada principalmente pelas guerras napoleônicas, mas pela competição desumana entre as máquinas e a mão-de-obra, competição que, em consequência da superprodução e do desperdício, levou à baixa dos salários e à queda do consumo” (PETITFILS, 1977, p. 77).

Em 1817, também redigiu um relatório à Comissão de Assistência aos Operários Pobres, no qual propunha uma reorganização social com bases cooperativistas, para responder à crise:

“Para ele, a salvação estava numa grande variedade de comunidades cooperativas ‘dotadas de apêndices industriais’ e combinando harmonicamente os esforços solidários de todos os seus membros. Na medida do possível, o trabalhador deveria ser ao mesmo tempo camponês e operário” (ibid, p.77). [Grifos nossos].

Nas **vilas-modelo** de Owen, deixaria de existir a propriedade privada, o trabalho seria obrigatório e os salários inexistiriam. Após o pagamento do capital empreendido na produção, tudo seria dividido igualmente. Sobre o tema da distribuição, entretanto, ele pouco falou. Uma outra preocupação de Owen era não permitir o desenvolvimento demasiado do individualismo. Ele previa a conservação da família celular, com habitações próprias, mas com dormitórios coletivos para crianças de mais de três anos.

Rejeitado pelas classes dirigentes, o empresário ainda mais decidido em eliminar a miséria, voltou-se para opinião pública. No relatório do condado de Lanark (1821), recuperou o plano de 1817, com um viés mais socialista:

“A ênfase incidiu sobre a edificação de uma nova sociedade, sem a ajuda do Estado, unicamente a partir de comunidades livres e autônomas, combinando harmoniosamente a agricultura e o trabalho industrial.” (ibid, p.79).

Todos seriam tratados igualmente, sendo, imbuídos de uma racionalidade plena. Progressivamente, um novo sistema social apareceria e, enquanto tal não ocorresse, as leis do Estado deveriam ser respeitadas e manter-se-ia uma relação mínima entre este e as comunidades²⁶.

Em seu percurso de vida, como grande filantropo, Owen, primeiramente, foi diretor da empresa-piloto de *New Lanark*; depois, no período de 1817 a 1829, sua progressiva convicção no socialismo associativista e cooperativista custou-lhe a fortuna; de 1830 a 1834, ocorreu o encontro do owenismo com o movimento operário; e, finalmente, devido à experiência fracassada com as classes populares, ocorre o direcionamento cada vez mais messiânico e religioso de suas idéias.

Thompson (1989, p. 409) coloca

“o que era irracional no owenismo (ou ‘utópico’, em sua acepção pejorativa usual) era a impaciência da propaganda, a fé na multiplicação da razão através de palestras e folhetos, a atenção inadequada aos meios. Sobretudo havia a evasão fatal de Owen frente às realidades do poder político, e sua tentativa de se desviar da questão dos direitos de propriedade. O socialismo cooperativo pretendia simplesmente remover o capitalismo, de forma indolor e sem nenhum embate, pelo exemplo, pela educação e pelo seu crescimento dentro do próprio capitalismo, a partir de suas aldeias, oficinas e lojas”. [grifos nossos].

Considerando as devidas limitações que nos cercam para fazer um movimento de apreensão de algumas similaridades da proposta de Owen, em relação às Aldeias Cooperativas e à experiência da Cooperativa Habitacional e Mista Shangri-Lá, seja por

²⁶ Não encontrando na Inglaterra ninguém que financiasse seu projeto, Owen volta-se para os Estados Unidos. Em maio de 1825, foi inaugurada a primeira aldeia experimental com 900 pessoas. A aldeia fracassou anos depois.

conta da nossa pouca leitura das obras do autor, seja pela complexidade dessa realidade tão castigada pela miséria. arriscaremo-nos a expor algumas idéias sobre a questão.

Uma das grandes contribuições que Owem deu ao movimento operário foi no sentido de sinalizar o equívoco da oposição ao processo de industrialização. O ponto nodal do problema da exploração não eram as forças produtivas, mas a forma como estavam estruturadas as relações de produção. Tal qual no tempo do socialista utópico referido, a filantropia é uma idéia presente também em nosso contexto. Responder às exigências elementares para manter a vida é fundamental. A questão que se coloca é relativa ao fato de não se dar o salto seguinte, ou seja, de se estabelecerem estratégias de ataque às relações sociais que produzem a exploração.

Na experiência de *New Lamark* existiu a redução da jornada de trabalho, o aumento de produtividade, a racionalização da produção, a existência de infra-estrutura básica para os trabalhadores, a dispensa de crianças pequenas do trabalho, etc - prova que as condições para que se tenha uma existência digna estão fundamentalmente vinculadas ao campo político. Pensar numa proposta alternativa de organização e gerenciamento da produção necessariamente requer pautar-se no referencial científico tecnológico do nosso tempo, isso implica lutarmos pela ampliação da esfera pública e não pela negação do poder público buscando soluções a margem das relações sociais existentes. Explico-me: não é imprendermos uma disputa desconsiderando-nos como sujeitos pertencentes a um tempo histórico onde, por exemplo, a forma mais avançada de locomoção não é a carroça. Neste sentido, não somente a ampliação da esfera pública, mas também o controle social do fundo público pela sociedade e não por grupos privados, é condição fundamental para, alçando o

patamar dos direitos, entrar neste jogo armados de informação, tecnologia, crédito, financiamento etc – pensando na dimensão material -, e, de arte, cultura e sonho - pensando na dimensão não-material. Importa, porém, não esquecermos que tais coisas são inseparáveis humanamente.

2.2.2. A luta pela ampliação do espaço político

Após abandonar a perspectiva de impedir o progresso industrial, a reação seguinte dos trabalhadores contra o capitalismo foi a luta — de clara orientação ideológica — por uma legislação fabril que freasse a exploração e os abusos cometidos pelo capital contra classe trabalhadora²⁷. A reação dos liberais quanto às idéias postuladas pelo operariado britânico, a respeito de uma legislação do trabalho concentrou-se na alegação de que a mesma ia de encontro aos direitos individuais, uma vez que ficariam sinalizadas algumas restrições nos contratos entre trabalhadores e capitalistas. Para os liberais, a determinação da jornada legal de trabalho deveria ser acordada com as partes interessadas, via contrato e, não, estabelecida legalmente. Argumentam, ainda, que a legislação trabalhista, pelo fato de encarecer a força de trabalho, poderia acarretar a impossibilidade da realização de vários contratos de trabalho, diminuindo, assim, o emprego legal.

A enorme desigualdade econômica entre as classes fundamentais; a condição única do trabalhador garantir a sua sobrevivência e da família, qual seja, vender sua força de trabalho; a situação confortável que a existência do exército industrial de reserva dá ao

²⁷ “Tão logo acabou a guerra, o filantropo Mr. Owen (...) veio ao sul advogar a causa dos pobres. Ele pediu para eles a proteção de uma *Factory Act* (lei fabril) efetiva. (...) Owen queria uma lei que proibisse todo trabalho para aqueles com menos de 10 anos, que limitasse a jornada de trabalho a 10,5 horas, inclusive para

capitalista e o desconforto da incerteza do emprego por parte do trabalhador são alguns dos elementos que constavam na pauta dos defensores da legislação trabalhista:

“A legislação trabalhista - que na Grã-Bretanha assim como nos demais países é sempre conquista do movimento operário - eleva a barganha entre capital e trabalho do plano individual ao plano coletivo. As restrições da lei fortalecem o poder de barganha dos mais fracos, tornando as negociações coletivas entre capitalistas e trabalhadores menos desiguais. A proibição de empregar crianças, de trabalhar além dos limites de jornada legal, de ajustar salários abaixo do mínimo legal etc. fortalece a posição dos assalariados ao eliminar do mercado uma parte da oferta que se poderia considerar ‘desesperada’. A legislação fabril protege a força de trabalho ao proibir que ela se venda em condições deletérias à sua própria reprodução” (SINGER, 1998, p.76).

Com limitações, a legislação fabril foi apoiada e patrocinada por alguns industriais socialistas, como Owen. No entanto as chances de que o parlamento, formado pelo voto censitário, votasse essa lei eram remotas. Daí a importância, também, de se lutar pela ampliação dos direitos políticos que liberais radicais estavam defendendo desde a Revoluções Americana e Francesa.

“Governo representativo, ampliação dos direitos políticos e liberdades civis eram objetivos de um amplo movimento político radical, que sofreu impacto - positivo e negativo - da luta pela independência das colônias americanas e dos logros da Revolução Francesa. Ambas as revoluções burguesas vitoriosas contaram com a simpatia e o apoio do radicalismo britânico, ansioso por conquistar também em seu país avanços políticos análogos” (ibid).

No período da independência americana, bem como na da guerra da Inglaterra contra a França (1793), qualquer agitação contra a Coroa e a Igreja era tida como traição:

refeições, para todos os trabalhadores com menos de 18, e que determinasse o engajamento de inspetores pagos para assegurar a implementação destas reformas”(COLE E POSTGATE, Apud SINGER, 1998:74).

“A aristocracia e o clero viviam atormentados pelo temor de levantes revolucionários e era prática comum infiltrar agentes provocadores em círculos liberais e democráticos. A agitação subversiva que havia foi assim exterminada e muita pseudo-subversão foi artificialmente fomentada pelos agentes. Culpados e inocentes foram igualmente vítimas da mão pesada da repressão (COLE E POSTGATE apud SINGER, 1998, p.77).

Passadas as guerras napoleônicas e as crises posteriores a ela,

“o movimento pela reforma do parlamento voltou com ímpeto redobrado. Além dos liberais e democratas, predominantemente de classe média, o movimento contava com o apoio de setores das classes dominantes, particularmente da burguesia industrial, que se via prejudicada pela política econômica dos conservadores, particularmente pelas Leis do Trigo, que sustentavam os preços dos cereais em nível alto, o que elevava os salários de subsistência. A esta coligação foram se juntar os operários, que passaram a almejar a proteção legal de seus interesses”(SINGER, 1998, p.77)

Essa aliança representou um caminho mais aberto para a participação política do operariado. Em 1824, houve a revogação dos *Combination Acts* (1799) e o movimento sindical ganhou vigor, ampliando-se. Os sindicatos retomaram a liberdade de atuar publicamente, defendendo seus objetivos e aumentando seus quadros. Num período em que a economia britânica estava em seu auge, o movimento conseguiu, com eclosão de greves, conquistar melhores salários. No ano seguinte, entretanto, quando a economia entrou em crise, o patronato, pretensiosamente, buscou anular as conquistas dos trabalhadores, esbarrando porém, na reação do movimento sindical. Como represália, no mesmo ano, os adversários do sindicalismo foram vitoriosos no parlamento, aprovando uma nova lei restritiva às atividades sindicais, inclusive à realização de greves, limitando o movimento sindical consideravelmente. Entretanto o espaço sindical, como campo importante de luta,

ganhou legitimidade social no que concerne aos resultados do embate entre capital e trabalho.

Após longos choques políticos, em 1833, foi aprovada uma nova lei fabril, a primeira com uma certa efetividade, pois instituía quatro cargos de inspetores de fábrica para o controle do cumprimento da lei. Encabeçando uma nova campanha por reformas, com caráter nitidamente operário, o movimento pela Carta do Povo, ou cartismo, foi iniciado em Londres no ano de 1836²⁸ —foi mais que um grande movimento político das massas operárias, foi o primeiro declaradamente antiburguês.

2.2.3. A luta na organização dos sindicatos e das cooperativas

Vimos que a classe operária reagiu de duas maneiras opostas ao processo de industrialização na Inglaterra. De um lado, num primeiro momento, buscando impedir o avanço do maquinismo, e, posteriormente, colocando como projeto histórico a construção de uma sociedade coletivista, onde todos teriam acesso aos meios de produção, sendo garantido o bem comum. De outro lado, a classe trabalhadora colocou-se na luta pela efetivação de leis trabalhistas que controlassem os ímpetos exploradores do capital. Na defesa para que os espaços de atuação política da classe trabalhadora fossem ampliados, garantindo amparo legal tanto para as questões ligadas diretamente, ao mundo produtivo, quanto para a organização de instituições de defesa dos direitos do trabalhador, como, por exemplo, os sindicatos, o movimento operário investiu na luta pela reforma parlamentar,

mesmo quando a classe média, após ter conquistado direitos políticos que correspondiam a seus interesses, afastou-se. A terceira reação foi direcionada ao campo econômico, imprescindivelmente ligada às duas reações até agora apresentadas, embora analiticamente delas distinta.

Um dado importante a ser lembrado é que, inicialmente, os sindicatos formavam-se de trabalhadores qualificados, ou seja, artesãos ou operadores de máquinas. Em cada localidade, tinham eles organizações para cada um dos ofícios, denominado *trade* ou *trade club*. Entre outros aspectos, eram sociedades mutualistas, preocupadas com as condições de vida dos trabalhadores do *trade*²⁹. A *trade union* representava um conjunto de clubes do mesmo ofício de várias regiões. Segundo Singer (1998), no final do século XVIII, havia sindicatos - *trade unions* -, na Inglaterra, relativamente fortes e que ofereciam resistência à revolução capitalista em seus ofícios.

Após um longo período de fortes embates político, em 1824, quando a *Combination Acts* foi revogada, o movimento sindical retomou suas ações fortemente influenciado por Owen. Como a recusa pelo industrialismo tornara-se inviável, a alternativa, sob a perspectiva dos trabalhadores, era ter um projeto societário cujas forças produtivas fossem tomadas tendo por base relações de produção de novo tipo. Tal qual os sindicatos, as cooperativas têm a sua origem nesse processo de construção de resistência dos trabalhadores face às condições a que eram submetidos.

²⁸ Seis pontos que constituíram a Carta: sufrágio universal masculino, distritos eleitorais iguais, parlamentos anuais, remuneração dos parlamentares, voto secreto e nenhuma exigência de propriedades para pertencer ao parlamento.

A cooperativa de produção mais antiga de que se tem notícias data de 1760. Trabalhadores dos estaleiros *Woolwich e Chartham* fundaram moinhos de cereais para não se submeterem aos altos preços de moleiros que tinham o monopólio na região. Neste mesmo ano, o moinho de *Woolwich* foi incendiado, sendo os padeiros da localidade acusados do fato. Vale lembrar que, nessa época, a alta do trigo por conta das guerras contra a França (1793) fez padarias e moinhos organizados de forma cooperativada alastrarem-se na Inglaterra. Quanto às cooperativas de consumo — a mais antiga data de 1769, estava vinculada à sociedade de tecelões de *Fenwich* — estas tinham como objetivo livrar-se da tripla exploração do capital na qualidade de empregador, fornecedor e agiota.

Uma das preocupações dos *trade clubs* como sociedades mutualistas, conforme visto anteriormente, era a de atender aos trabalhadores a eles pertencentes, em suas emergências de ordem previdenciária, de doença e em óbitos. As cooperativas podem ter sido um desdobramento lógico das atividades dessas sociedades mutualistas, porquanto, se os trabalhadores conseguiam organizar fundos para situações emergenciais, por certo poderiam criar outros fundos com vistas a defenderem interesses de outra ordem, como a realização de compras em comum, ou de projetos maiores, como moinhos e padarias.

Afirma Singer(1998, p. 91):

“A difusão inicial das cooperativas coincide com a revolução industrial, o que dificilmente terá sido por acaso. Como vimos (...), a revolução industrial ocorre numa conjuntura favorável à manufatura, em que inovações técnicas barateavam os produtos e permitiam expandir fortemente a produção. Neste período, diferentes categorias de trabalhadores qualificados gozavam condições favoráveis no mercado de trabalho, o que deve lhes ter proporcionado meios para desdobrar atividades mutualistas,

²⁹ Alguns objetivos dessas instituições eram: iniciação e aceite de aprendizes; manter recursos para enfermidade e despesas funerais; cadastrar trabalhadores qualificados para que pudessem ser encontrados rapidamente em caso de oferta de trabalho; assegurar as regras do ofício, etc.

iniciando cooperativas de consumo e de produção para autoconsumo. A situação destes trabalhadores só vai piorar nitidamente após o fim das guerras napoleônicas, quando crises e depressões se sucedem com rapidez. Vale observar que, tal qual os sindicatos, também as cooperativas foram sempre iniciativas de trabalhadores qualificados”.

Num movimento concomitante, os clubes de ofício iam organizando as cooperativas nas quais as idéias de Owen eram incorporadas e aceitas. Singer(op.cit.) sinaliza que, do ponto de vista social, a mais importante proliferação de cooperativas foi a daquelas ligadas mais ou menos diretamente a sindicatos de trabalhadores de ofício. Tem-se registrado, pelo menos, 250 sociedades cooperativistas entre 1826 e 1835, período de grande florescimento do movimento owenista.

“A interconexão ideológica e organizacional de sindicatos e cooperativas operárias era muito forte. Tão logo o sindicalismo começou seu rápido crescimento, muitos trabalhadores começaram a perceber estreita afinidade entre os evangelhos sindical e owenista. Eles, tanto quanto Owen, estavam se revoltando contra os males da sociedade capitalista competitiva; eles, tanto quanto ele, estavam em busca de uma nova ordem social à base da idéia de fraternidade humana. Eles começaram a reinterpretar o owenismo em seus próprios termos, transformando as ‘aldeias de cooperação’ propostas por ele de presentes oferecidos pelas classes governantes aos pobres em associação operárias autogovernadas a serem criadas pelos esforços dos próprios operários”(COLE E POSTGATE apud SINGER, 1998, p.93).

Muitas cooperativas, algumas delas patrocinadas pelo *trade clubs*, criadas entre 1820 e início de 1830, tinham sua gênese vinculada a greves, ou mesmo a grupos de sindicalistas que sofriam com os baixos salários ou com o desemprego. Essas cooperativas, formadas por sindicalistas, integravam-se diretamente na luta de classes:

“Estas cooperativas, embora socialistas em espírito (no sentido de se considerarem pioneiros de uma sociedade melhor, que no futuro substituiria o capitalismo), eram diferentes das comunidades cooperativas freqüentemente formadas por gente de classe média e dependentes de contribuições filantrópicas para se estabelecer e, não poucas vezes, para substituir. Estas cooperativas, que podemos chamar de ‘operárias’, surgem da

luta de classes e muitas vezes foram criadas para enfrentar e eliminar a empresa capitalista do mercado. A idéia era ingênua, mas empolgou os trabalhadores dos 1820 e 1830. Ao contrário das cooperativas que chamaremos de 'comunitárias', as operárias constituíram, neste período, um genuíno movimento de massas, participando diretamente das lutas sindicais" (*ibid.*, p. 94).

No entanto era comum as sociedades owenistas organizarem armazéns cooperativos nas quais eram comercializados os produtos das cooperativas operárias.

Rios (1989, p. 22) faz uma distinção das cooperativas inglesas no período histórico do qual estamos falando, em função do projeto societário a que estão vinculadas. A primeira perspectiva, nomeada por ele de ascendente, refere-se ao movimento cooperativista originário da reação da classe operária ao liberalismo, como estratégia de sobrevivência acoplada a um projeto político. "Não se pretende superar apenas os males do capitalismo: pretende-se eliminar o próprio regime econômico que os provoca". O autor identifica, nessa perspectiva, o pensamento do utópico Owen, uma vez que, além de ter lutado pelo desenvolvimento e multiplicação do movimento cooperativista, atuou também no movimento sindical. Sobre a segunda perspectiva, a que ele chama de descendente, diz que: "Com a perspectiva descendente o roteiro é inverso: partir do consumo para se chegar ao setor agrícola". Como representante dessa perspectiva, ele aponta Willian King e diz que um exemplo prático dela foi a experiência de 28 tecelões de Rochdale em 1844. "(...) uma cooperativa de consumo, que veio a ser considerada a fonte do cooperativismo. Os princípios de organização definidos por este grupo foram 'fossilizados' posteriormente numa rígida 'doutrina', desvinculada do seu contexto original".

Sem querer nos ater a balanço específico da experiência de Rochdale ao longo de sua trajetória, gostaríamos de situar alguns elementos marcantes na sua origem. Primeiro, não se pode desconsiderar serem os seus fundadores militantes operários owenistas ou cartistas e que foi num contexto de refluxo do movimento operário, face à violenta repressão aos trabalhadores – parte dos sindicatos estavam na clandestinidade, alguns tiveram que fechar suas portas – que se fundou a cooperativa de consumo: **A Sociedade dos Pioneiros Eqüitativos**. Segundo, pelo que esta experiência representou no sentido da expansão do cooperativismo em outros países³⁰, razão pela qual a *Rochdale* é tida como a **mãe** das demais. Terceiro, pelo fato de que os princípios³¹ adotados pelos tecelões de Rochdale serem ainda uma referência:

“1º) a Sociedade seria governada democraticamente, cada sócio dispondo de um voto; 2º) a Sociedade seria aberta a quem dela quisesse participar, desde que integrasse uma quota de capital mínima e igual para todos; 3º) qualquer dinheiro a mais investido na cooperativa seria remunerado por uma taxa de juros, mas não daria ao seu possuidor qualquer direitos adicional de decisão; 4º) tudo o que sobrasse da receita, deduzidas todas as despesas, inclusive juros, seria distribuído entre os sócios em proporção às compras que fizessem da cooperativa; 5º) todas as vendas seriam à vista; 6º) os produtos vendidos seriam sempre puros e de boa qualidade; 7º) a Sociedade deveria promover a educação dos sócios nos princípios do cooperativismo; e 8º) a Sociedade seria neutra política e religiosamente.” (SINGER, 1998, p. 24)

Segundo ainda esta autor, a ação conjunta de Estado e capital derrotou a coligação socialista de sindicatos e cooperativas. O significado disso, a nosso ver, representou para classe trabalhadora uma derrota. Neste sentido, discutir sobre os limites e

³⁰ Em 1895, foi fundada a Aliança Cooperativa Internacional, que até hoje congrega cooperativas do mundo inteiro.

³¹ Singer (1998), reportando-se a Cole (1994, cap. IV) diz que “nenhuma destas regras em si é original; todas elas já tinham sido inventadas e aplicadas por diferentes cooperativas antes dos Pioneiros. Mas, nenhuma

as potencialidades do cooperativismo sob o imperativo da sociedade de mercado ajuda-nos a não cair, por um lado, num ceticismo em relação a toda e qualquer experiência econômica desenvolvida sob o comando dos trabalhadores, bem como, por outro lado, num romantismo ingênuo, que nos faça abraçar propostas pautadas no assistencialismo descomprometido com a ruptura do sistema vigente.

No atual cenário de crise em que estamos mergulhados, o enfrentamento ao grave problema do desemprego tem sinalizado o cooperativismo como uma das formas dos excluídos do mercado de trabalho formal organizarem a produção de sua existência, o que não é uma novidade em termos históricos. Esse discurso está presente tanto na perspectiva do trabalho quanto na do capital. Precisamos, no entanto, perguntar-nos: de que tipo de cooperativismo estamos falando? A que projeto societário está vinculado?

No caso da experiência estudada, é preciso que se ressalte não estar a sua origem vinculada ao movimento organizado dos trabalhadores, contudo isto não significa que não consideramos os sujeitos nele envolvidos como pertencentes à classe trabalhadora. Tomando a classificação feita por Singer (op.cit.), quando fala da diferença entre as cooperativas operárias e das comunitárias, e que a última freqüentemente era fruto de ações da classe média dependentes de ações filantrópicas, na Cooperativa Habitacional e Mista Shangri-Lá, temos o envolvimento de sujeitos com outros níveis de situação sócioeconômica, numa perspectiva algumas vezes filantrópica. Embora a partir desta classificação, possamos chamá-la de cooperativa comunitária, ao longo do seu

cooperativa tinha-se regido pelo conjunto das oito e nisso está a inovação que separa o cooperativismo moderno do antigo”(p.102)

desenvolvimento, vemos que ela tem-se articulado, também, no campo político com o movimento organizado dos trabalhadores, seja na forma de movimentos sociais, ONGs ou partido político. Conquanto se reconheça os limites que estas cooperativas possam apresentar em relação às de caráter operário, isso não representa, em termos imediatos, que uma seja melhor ou pior que a outra. Não acreditamos que somente o critério da origem seja sinalizador, o engajamento em um plano político mais amplo também o é: é na sua trajetória que isto estará sinalizado.

Vemos assim que diferentes das motivações do falso cooperativismo, a origem da Shangri-Lá aponta para um vínculo aos trabalhadores que vem buscando responder as agruras postas pelo desemprego e tomam a forma legal do cooperativismo como marco acatando o que na história de resistência dos trabalhadores a exploração do capital, o movimento tem deixado como herança fecunda. A Shangri-Lá insere-se a nosso ver ao novo cooperativismo apontado por Singer(1999).